

Aviso n.º 48/2006**Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de desenhador de construção civil especialista**

Nos termos do disposto nos artigos 9.º, 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, torna-se público que, de harmonia com o meu despacho de 4 de Maio de 2006 e no uso das competências que me são conferidas pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, se encontra aberto concurso interno de acesso geral, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, para provimento de um desenhador de construção civil especialista, escalão 1, índice 269 (865,96 euros).

1 — Validade do concurso — o concurso visa, exclusivamente, o preenchimento do lugar mencionado.

2 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplica-se as disposições dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 353-A/89, de 16 de Outubro, com as respectivas alterações, 404-A/98, de 18 de Dezembro, e 412-A/98, de 30 de Dezembro, Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro.

3 — Conteúdo funcional — Despacho n.º 7856/97, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 20 de Setembro de 1997.

4 — Local de trabalho — as funções correspondentes ao lugar a prover serão desempenhadas na área do município de Santarém.

5 — As condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários e agentes da administração local.

6 — Requisitos de admissão ao concurso:

6.1 — Requisitos gerais — os constantes no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

6.2 — Requisitos especiais — estar provido na categoria de desenhador de construção civil principal, com um mínimo de três anos, na respectiva categoria, classificados de *Muito Bom*, ou cinco anos, classificados de *Bom*.

7 — Formalização das candidaturas — os candidatos deverão formalizar a sua candidatura mediante requerimento, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Santarém, o qual, bem como a documentação que o deva acompanhar, poderá ser entregue pessoalmente na Divisão de Recursos Humanos desta Câmara Municipal ou remetido pelo correio, mediante carta registada com aviso de recepção, expedida até ao prazo fixado, para o seguinte endereço: Câmara Municipal de Santarém, Praça do Município, 2005-245 Santarém. No requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, número de contribuinte, filiação, naturalidade, data de nascimento, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência completa, código postal e telefone);

b) Habilitações académicas;

c) Referência ao concurso a que se candidata, com expressa menção do número e data do *Diário da República*, onde se encontra publicado este aviso;

d) Quaisquer outros elementos que o candidato considere susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, os quais só serão tidos em consideração pelo júri, desde que devidamente comprovados.

8 — O requerimento de admissão ao concurso deverá, sob pena de exclusão do candidato, ser acompanhado da seguinte documentação:

a) Documento comprovativo das habilitações académicas;

b) *Curriculum vitae* pormenorizado, datado e assinado pelo candidato, do qual deve constar a identificação pessoal, habilitações académicas, experiência profissional e formação profissional e quaisquer outras circunstâncias que possam influir no mérito do concorrente ou constituir motivo de preferência legal, as quais serão tidas em consideração pelo júri quando devidamente comprovadas;

c) Fotocópia do bilhete de identidade;

d) Declaração emitida pelo respectivo serviço, comprovativa da categoria de que o candidato é titular, tempo de serviço, contado à data deste aviso, na categoria, na carreira e na função pública e ainda fotocópia autenticada da ficha de notação.

9 — Dispensa de documentos — os funcionários desta autarquia ficam dispensados da apresentação dos documentos comprovativos

dos requisitos exigidos, desde que os mesmos constem do seu processo individual, devendo declarar o facto no requerimento de admissão.

10 — Métodos de selecção — métodos de selecção a utilizar:

Avaliação curricular.

Entrevista profissional de selecção.

11 — Classificação final — a classificação final dos candidatos será escalonada de 0 a 20 valores, considerando-se reprovados os candidatos com classificação inferior a 9,5 valores, a qual será determinada de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = (AC + EPS)/2$$

em que:

CF = classificação final.

AC = avaliação curricular.

EPS = entrevista profissional de selecção.

12 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo as respectivas fórmulas, constam da acta de critérios, que pode ser facultada aos candidatos, desde que solicitada.

13 — Os opositores ao concurso deverão possuir os requisitos necessários à data deste aviso.

14 — Constituição do júri — o júri do concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Carlos Alberto de Assunção Alho, director do Departamento de Ordenamento e Desenvolvimento, em regime de substituição.

Vogais efectivos:

Mário Augusto Carona Henriques Rebelo, engenheiro civil assessor principal.

Nuno Manuel Carvalho Fernandes, desenhador de construção civil especialista principal.

Vogais suplentes:

Ana Filipa Neves Vinagre de Jesus Pinhal do Canto, engenheira civil de 1.ª classe.

Mário Emanuel Corte Real Pinto Caeiro, engenheiro civil de 1.ª classe.

O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

15 — Afixação das listas — a lista de candidatos admitidos e excluídos, bem como a lista de classificação final, serão afixadas, para consulta, no edifício dos Paços do Concelho — Divisão de Recursos Humanos — Praça do Município, nesta cidade, e ou publicadas no *Diário da República*, nos termos dos artigos 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

21 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Francisco Maria Moita Flores*. 3000216403

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL**Aviso****Loteamento em Redondos, Laranjeiras e Foros da Catrapona**

Alfredo José Monteiro da Costa, presidente da Câmara Municipal do Seixal, torna público que, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção actualizada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, de acordo com o despacho de 28 de Julho de 2006, está a decorrer, por um período de 15 dias úteis, a iniciar 8 dias após a data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, um processo de discussão pública do projecto de loteamento sito em Redondos, Laranjeiras e Foros da Catrapona, requerido por Administração Conjunta da AUGI FF48, processo 15/G/97, durante o qual os interessados poderão proceder à formulação de sugestões, bem como à apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do projecto de loteamento referido.

Durante aquele período, os interessados poderão consultar, no atendimento público da Divisão Administrativa de Urbanismo, o projecto de loteamento em discussão pública, bem como apresentar as suas observações ou sugestões, mediante requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal, a entregar no Atendimento Público da Divisão Administrativa de Urbanismo.

18 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Alfredo José Monteiro da Costa*.
3000216419

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

Aviso

Abertura de procedimento para provimento de cargo de direcção intermédia de 1.º grau do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Sintra.

Director do Departamento de Urbanismo

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e aplicável à administração local por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 24 de Janeiro de 2006, exarado no uso de competências em matéria de superintendência na gestão e direcção do pessoal ao serviço do município, conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi autorizada a abertura de procedimento concursal tendente ao provimento, em regime de comissão de serviço, do cargo de direcção intermédia de 1.º grau do grupo de pessoal dirigente do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Sintra — director do Departamento de Urbanismo, nos exactos termos e condições melhor definidos em aviso a publicar na Bolsa de Emprego Público, no próximo dia 13 de Outubro.

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando, escurupulosamente, no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

10 de Julho de 2006. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, conferida pelo despacho n.º 58-P/2005, de 7 de Novembro, o Director Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, *José António Vaz Guerra da Fonseca*.
3000216351

Aviso

Em cumprimento do disposto na alínea b) do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 17 de Agosto de 2006, foi celebrado contrato administrativo de provimento com Susana Maria Correia Candeias, como técnico superior de serviço social estagiário. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

1 de Setembro de 2006. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, conferida pelo despacho n.º 58-P/2005, de 7 de Novembro, o Director Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, *José António Vaz Guerra da Fonseca*.
3000216343

Aviso

Nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, adaptado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, foi determinada a reclassificação profissional de:

Sónia Alexandra Correia Domingos Pedro, para a categoria de técnico superior de 2.ª classe, na área de ciências da comunicação e cultura, por despacho do presidente da Câmara de 8 de Agosto de 2006.

João Filipe Carrilho de Sousa, para a categoria de técnico de contabilidade e administração de 2.ª classe, por despacho do presidente da Câmara de 29 de Agosto de 2006.

(Processos isentos de visto prévio do Tribunal de Contas, por força da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

Os funcionários deverão aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso.

4 de Setembro de 2006. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, conferida pelo despacho n.º 58-P/2005, de 7 de Novembro, o Director Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, *José António Vaz Guerra da Fonseca*.
3000216342

Aviso

Nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 7 de Agosto de 2006, foi determinada a reclassificação profissional de Maria de Fátima de Freitas Almeida Borlinhas, cantoneiro de limpeza, posicionada no escalão 2/índice 165 (155), para a categoria de auxiliar administrativo, posicionada no escalão 5/índice 170 (160), de acordo com o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, adaptado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro. (Processo isento de visto prévio do Tribunal de Contas, por força da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

A funcionária deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso.

15 de Setembro de 2006. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, conferida pelo despacho n.º 58-P/2005, de 7 de Novembro, o Director Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, *José António Vaz Guerra da Fonseca*.
3000216346

Aviso

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 15 de Setembro de 2006, foram nomeados:

Técnico de 1.ª classe, na área de gestão de recursos humanos — Maria Manuela Monteiro, única candidata classificada no concurso interno de acesso geral, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 42, de 28 de Fevereiro de 2006.

Técnico profissional de secretariado principal — Maria Celeste dos Santos Miranda Duarte Canhão, única candidata classificada no concurso interno de acesso geral, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 42, de 28 de Fevereiro de 2006.

Operário qualificado — operário de arqueologia principal — António Manuel da Silva e Mário João Soares Moreira, 1.º e 2.º candidatos classificados no concurso interno de acesso geral, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 29, de 9 de Fevereiro de 2006.

Operário qualificado — asfaltador principal — António Manuel Lopes Flores, único candidato classificado no concurso interno de acesso geral, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 29, de 9 de Fevereiro de 2006.

Operário qualificado — canalizador principal — José Francisco Miranda Rodrigues, único candidato classificado no concurso interno de acesso geral, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 29, de 9 de Fevereiro de 2006.

Operário qualificado pintor principal — Hélder Manuel Couto Manhita e Fernando Eugénio Baptista Macieira, 1.º e 2.º candidatos classificados no concurso interno de acesso geral, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 29, de 9 de Fevereiro de 2006.

Os candidatos nomeados deverão aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data de publicação do presente aviso. (Isentos de visto prévio do Tribunal de Contas.)

18 de Setembro de 2006. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, conferida pelo despacho n.º 58-P/2005, de 7 de Novembro, o Director Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, *José António Vaz Guerra da Fonseca*.
3000216347